

A CULTURA ESTRATÉGICA DA CHINA:
EVOLUÇÃO NA CONTINUIDADE ¹

Alexandre Carriço

Tenente-Coronel de Infantaria (Res). Assessor de Estudos e Investigador do Instituto da Defesa Nacional.

RESUMO

A cultura contribui para determinar, mas não é por si só determinante da cultura estratégica dos Estados. As envolventes de segurança onde estes se inserem são culturais, institucionais e materiais. Neste artigo argumenta-se que uma dimensão etnocêntrica de cariz filosófico-cultural contribui para moldar a perceção e o pensamento sobre a envolvente externa à China, notória no plano da avaliação das ameaças e riscos à sua segurança nacional e no cálculo estratégico. Em resultado, o país não refuta a possibilidade de recorrer à força, desde que justificada moralmente, e assume que o compromisso solene de preservar a paz e a harmonia, não significa abandonar o emprego da força militar em prol da criação da paz. Esta ligação espelha dois pontos implícitos: a cultura estratégica chinesa tem relevância doutrinária porque tem poder causal; e a cultura chinesa apresenta dinâmicas adaptativas, pelo que a sua cultura e doutrina estratégica evoluem de acordo com a envolvente interna e externa ao país.

Palavras Chave: China; Estratégia Chinesa; Cultura Chinesa; Cultura Estratégica Chinesa

¹ Contactos: Email – carrico.mag@gmail.com

Artigo adaptado a partir de uma secção do livro recentemente publicado pelo autor. Alexandre Carriço (2015). *Harmonizando o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes. Recebido em 17 de agosto de 2015 / Aceite em 10 de outubro de 2015

ABSTRACT

By itself, culture isn't the determinant of states' strategic culture. The security environment where they are inserted is molded by cultural, institutional and material factors. The article argues that there is a philosophical, cultural and ethnocentric dimension defining China's perception and thinking towards its external security, particularly noticeable in its threat and risk evaluation concerning national security, as well as on its strategic calculus. As a result, China, does not refute the possibility of using military force, although under a proper moral justification, assuming the pledge that preserving peace and harmony doesn't mean abandoning the use of military force in support of peace. This linkage expresses two critical and implied points: Chinese strategic culture has doctrinal relevance due to its causal power; and Chinese culture presents adaptive dynamics, reason why its culture and strategic doctrine evolve according to the country's domestic and external environment.

Key word: China; Chinese Strategy; Chinese Culture; Chinese Culture Strategy

1. CULTURA ESTRATÉGICA: TRÊS PERSPETIVAS

As envolventes de segurança onde se inserem os Estados são tanto culturais como institucionais, não apenas materiais. O conceito de cultura deve ser abordado com as devidas cautelas, dadas as diferentes perspetivas que dela têm antropologistas, sociólogos, filósofos, etnógrafos e cientistas políticos.

A cultura consubstancia uma desmaterialização da estratégia se atentarmos no discurso civilizacional e particularista da China empregue na condução da sua política externa, diplomacia pública e diplomacia militar. No entanto, ainda que utilitário para o *Zhongnanhai* – por etnocêntrico – uma análise mais atenta da história da China demonstra que, neste campo, o Oriente nem sempre é o Oriente - não obstante a narrativa estratégica empregue.

A cultura e a sua influência na modelação do pensamento humano foram analisadas por Michael Mazarr (na forma como a cultura afeta o comportamento humano), por Max Weber (nos benefícios económicos relativos das culturas religiosas Protestantes e Católicas), por Lucien Pye e Sydney Verba (na ligação entre cultura nacional e desenvolvimento) e por Samuel Huntington (na cultura como a fator modelador das relações internacionais e da eventual conflitualidade futura entre sete ou oito grandes civilizações – ocidental, eslava-ortodoxa, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, latino-americana e eventualmente africana)².

² Ver respetivamente Michael Mazarr (1996). "Culture and International Relations: a Review Essay". *The Washington Quarterly* n°2, pp. 177-197. Max Weber (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press. Lucien Pye e Sydney Verba (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press. Samuel Huntington (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.

Joseph Nye define cultura como “um conjunto de valores e práticas que dão sentido a uma sociedade”³. Clifford Geertz vê-a como “um sistema de conexões herdadas, expressas de forma simbólica através de meios que comunicam, desenvolvem e perpetuam o conhecimento e a atitude face à vida”⁴; uma definição similar à de Jack Snyder que a entende como “um conjunto semipermanente de crenças, atitudes e padrões de comportamento socializados numa forma distinta de pensamento”⁵. Raymond Cohen considera-a como ‘uma dimensão escondida’ que exerce uma influência determinante no comportamento dos indivíduos, dos grupos e da sociedade⁶. Peng Guangqian e Yao Youzhi são mais generalistas na sua definição, entendendo-a como “o conjunto da acumulação de precipitados espirituais e materiais de um Estado ou nação durante um longo período de tempo, de acordo com as circunstâncias naturais, padrão social e nível económico, modelando a atitude de vida e as ações dos homens entre si e a natureza”⁷.

A cultura é assim entendida como um dos elementos modeladores da identidade de um Estado-nação e de formulação de uma imagem e reputação coadunante com as suas ações no sistema internacional ao longo do tempo. Como sublinha Masaru Tamamoto, “a geocultura é tão importante quanto a geopolítica e a geoeconomia [...] a cultura e a identidade sempre contribuíram para a moldagem da história das relações internacionais”⁸. Para Zheng Wang, “a identidade nacional de um Estado resulta de uma *mélange* de ideias, tradições e memórias históricas que são transmitidas por doutrinação intergeracional, pelos media, pelos sistemas de educação ou por experiências em conflitos militares”⁹. Por outras palavras, a identidade nacional é composta por fatores intelectuais e emocionais, que mediante as circunstâncias podem coexistir em tensão ou mesmo contradizerem-se entre si, com inevitável impacto no posicionamento e atuação dos Estados no sistema internacional.

³ Joseph Nye (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, p. 11. Joseph Nye (2006). “Soft Power: Think Again”. *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power [acedido em 9 de agosto de 2013].

⁴ Clifford Geertz (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, p. 89.

⁵ Jack Snyder (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND, p. 8.

⁶ Ver Raymond Cohen (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.

⁷ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press, p. 31.

⁸ Masaru Tamamoto, citado em David Scott (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press, p. 4. Ver também Friedrich Kratochwill e Yoseph Lapid (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.

⁹ Zheng Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press, p. 23.

Mas esta identidade não é imutável - como argumenta Charles Kupchan - porque tal como a cultura está sujeita a manipulações por parte das elites governativas, que se socorrem de determinados tipos de narrativas, associando-as, por exemplo, à memória histórica nacional com o intuito de alterarem ou justificarem as escolhas e ações estratégicas do país face a outros atores (*i.e.* cultura estratégica)¹⁰.

Quando transposta para o plano estratégico e militar a valoração dada à cultura é ainda mais ambivalente entre a comunidade académica, política, diplomática e militar. Para racionalistas da ‘teoria dos jogos’ como Thomas Schelling, ‘apenas o jogo interessa’, porque é a natureza da distribuição de poder entre os Estados - quando estes se confrontam - que dita a melhor jogada, não o seu *background* cultural, assumindo que existe uma racionalidade estratégica universal que pauta a ação de todo e qualquer jogador que queira ganhar o jogo estratégico¹¹. Na mesma linha, neorrealistas como Kenneth Waltz, argumentam que “a cultura é irrelevante quando se pretende explicar a interação entre os Estados, numa ordem internacional anárquica, pejada de unidades que lutam pela sua sobrevivência, sob uma dinâmica de *balance of power*”¹². Para esta linha de pensamento, não existe qualquer relação entre competência cultural e ganhos estratégicos.

Patrick Porter discorda de Schelling e Waltz, ao afirmar que “os atores, quando em conflito, não são bolas de bilhar que operam de acordo com pressões exógenas, pelo que a doutrina [e a montante cultura estratégica] não é um casaco [racionalista] que se veste ou despe”¹³. Ou seja, os povos não são como um ‘cão de Pavlov’ que no jogo estratégico respondem mecanicamente a estímulos externos. Tem de se saber alguma coisa sobre ‘a cosmovisão do cão’ como uma variável capaz de contribuir para predizer o seu comportamento. Como refere Colin Gray, “a cultura, nas suas manifestações políticas, sociais, económicas, tecnológicas e militares, deve ser entendida como derivando das experiências históricas num determinado contexto geográfico que cada comunidade de segurança enfrentou e venceu”¹⁴. Ou seja, a cultura não pode nem deve ser considerada por si só como preditiva do comportamento estratégico, mas antes uma das variáveis influenciadoras.

¹⁰ Ver Charles Kupchan (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 1-32 e Colin Gray (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 85.

¹¹ Ver Thomas Schelling (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press. Este seu determinismo racionalista seria mais tarde mitigado, quando afirmou que “*most game theory considers such things as commitments, threats, promises, contracts, etc., to be either enforceable or not enforceable; i have been mainly concerned with how and where and by whom in what institutional environments threats, promises, and commitments can be successfully incurred, or successfully bluffed, or successfully countered. I am more social scientists than logician.*” Vincent Hendricks e Pelle Guldborg Hansen (2006). “Game Theory: 5 Questions”. Disponível em <http://www.gametheorists.com/Interviews/schelling.html> [acedido em 10 de maio de 2014].

¹² Kenneth Waltz (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, p. 121.

¹³ Patrick Porter (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company, p. 56.

¹⁴ Colin Gray (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 96.

Torna-se assim necessário procurar um nexos entre geografia, cultura, identidade, memória histórica, percepção das elites e ação – “uma tarefa nada fácil” segundo Wang Jianwei¹⁵. Daqui resulta que existem três escolas valorativas e interpretativas do conceito de cultura estratégica (Figura 1). A escola de primeira geração (do início da década de 80 do século XX) baseou-se na análise do pensamento estratégico soviético aplicado às armas nucleares, defendendo como corolário que a cultura não pode ser separada da ação.

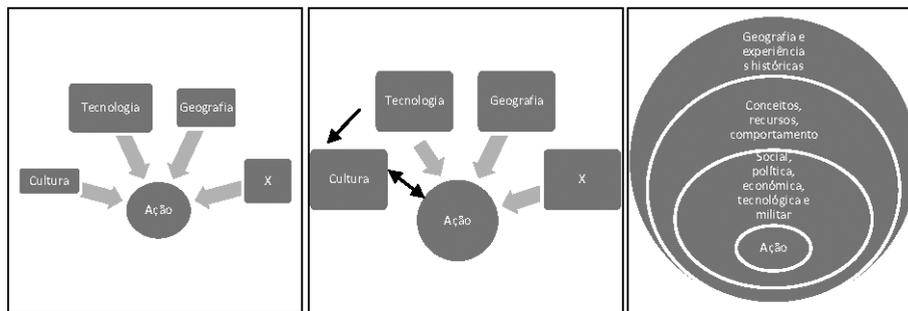


Figura 1 - As 3ª, 2ª e 1ª Gerações de Escolas Teóricas sobre a ‘Cultura Estratégica’

Tem como referencial Jack Snyder, autor do conceito de cultura estratégica em 1977, a partir de um estudo pioneiro elaborado para a RAND sobre a estratégia nuclear soviética, no qual rejeita a racionalidade absoluta dos processos de decisão do Kremlin, definindo a cultura estratégica como “o somatório das ideias, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que os membros da comunidade de estrategistas nacionais partilham entre si quanto à estratégia nuclear”¹⁶. Para Snyder não existe um ‘*homo strategicus universalis*’, pois fatores materiais e imateriais específicos de um determinado Estado modelam o pensamento e a ação dos seus decisores políticos¹⁷. Colin Gray concorda, mas qualifica esta influência, ao afirmar que “a cultura estratégica é o somatório das ideias e comportamentos, incontornável para qualquer um de nós, pois todos somos culturalmente educados e programados”¹⁸. Para Gray, ela tem como raízes

¹⁵ Wang Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press, p. 28. Ver ainda Alexander George (1979). “The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The ‘Operational Code’ Belief System” em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.

¹⁶ Jack Snyder (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND, p. 8. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf> [acedido em 14 de abril de 2014].

¹⁷ Michael Handel desvaloriza esta diferenciação estratégica com base na cultura argumentando que ‘a estratégia tem uma lógica e objetivos globais’ (i.e. *homo strategicus universalis*) colocando-se no extremo oposto ao de Jack Snyder e Ken Booth. Michael Handel (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge, p. 3.

¹⁸ Colin Gray (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press, p. 129.

(ou fatores de primeira ordem) a geografia e a experiência histórica; como formas (fatores de segunda ordem) os conceitos, os recursos empregues e os comportamentos (costumes); e como manifestações (fatores de terceira ordem) os impactos sociais, políticos, económicos, tecnológicos e militares¹⁹. Ou seja a cultura tem um poder causal e explanatório parcelar, mas não é o único fator ou a variável determinante da cultura estratégica, como sublinha Elizabeth Kier (e.g. geografia, distribuição de poder, tecnologia também o são)²⁰. Como corolário, é preferível contemplar uma perspetiva cultural sobre a estratégia, no plano da estratégia e da cultura, do que falar em cultura estratégica por si.

Quanto à escola de terceira geração (só consolidada nos meados dos anos noventa do século XX), o conceito de cultura estratégica quando associado ao emprego da força militar e projetado retrospectivamente no tempo, pode materializar um padrão de comportamento definidor de uma estratégia militar conduzida ao serviço da consecução dos objetivos políticos de um Estado, podendo ajudar a prever o comportamento, como advoga Alastair Iain Johnston²¹ - algo que Ken Booth e Russell Trood (da mesma escola) reconhecem como sendo de “difícil quantificação [mas não qualificação] uma vez que resulta da concatenação de duas dimensões: uma lógica militar estatal e tradições estratégicas nacionais, unindo fatores materiais (segurança) e imateriais (cultura) na sua definição”²². Esta escola também critica a teoria da ‘*rational choice*’ que elimina a natureza contingente da cultura em prol da natureza objetiva e planificadora da estratégia. Quer isto dizer que pensamento, teoria e planeamento são condicionados pelas contingências e a prática é inevitavelmente determinada por estas. Com a sedimentação concetual e a experiência empírica que o tempo trás consigo a partir das crises, conflitos e guerras travadas, esta prática transforma-se numa cultura estratégica de como atingir objetivos políticos (independentemente das alterações militares e tecnológicas que podem moldar a evolução da doutrina militar, mas não o entendimento de quando e como se deve recorrer ao emprego da força).

Por fim, enquanto as escolas de primeira e terceira geração argumentam sobre o como - ou melhor se - a cultura influencia a ação, a escola de segunda geração (de meados dos anos oitenta do século XX) centra-se na forma como a cultura estratégica é produzida. O seu enfoque é a análise das disjunções entre o discurso estratégico-cultural, as doutrinas operacionais e as ações dos Estados e como o discurso das elites

¹⁹ Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, pp. 89-96.

²⁰ Elizabeth Kier (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press, p. 5.

²¹ Ver Alastair Iain Johnston (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.

²² Ken Booth e Russell Trood (1999). *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. New York: Saint Martin's Press, p. 8.

é empregue para criar, moldar e reforçar a doutrina²³. Como membros da sociedade, as elites governativas são influenciadas pela cultura estratégica prevalecente; usam conceitos derivados da cultura nacional para moldar as atitudes da opinião pública; e, no processo, tornam-se reféns da envolvente e das limitações dessa mesma cultura estratégica que elas próprias ajudaram a criar - em nome de uma visão distinta da identidade do seu Estado-nação no sistema internacional. Ou seja, para esta ‘escola geracional’, sendo a cultura um conjunto de práticas em interação com discursos, estabelece-se inevitavelmente uma relação biunívoca, na qual a cultura influencia a ação e a ação influencia a cultura.

Sobre este ponto a escola de segunda geração é particularmente relevante porque permite aferir a produção da cultura estratégica, onde a cultura é um pilar da política, da sociedade e da história e desempenha um papel de relevo na formulação das estratégias de segurança e defesa de um Estado e nas doutrinas delas derivadas, ainda que tal não signifique que a cultura estratégica - e por inerência a doutrina militar - sejam códigos formulativos rígidos e não adaptáveis ou evolutivos mediante as circunstâncias.

Em suma, a cultura contribui para determinar, mas não é por si só determinante da cultura estratégica. Ainda que influenciadora, a cultura não deve ser tida como determinante no processo de tomada de decisão estratégica, não sendo um paradigma explicativo e imutável aplicável ao comportamento de todos os Estados, tal como a tradição não o é da realidade. Não obstante, quando a noção de cultura é associada a conceitos como estratégia ou doutrina, podem-se identificar técnicas comuns como a decepção e o estrategema – que não é uma exclusividade chinesa diga-se – tornando-se “fundamental compreender a forma como a cultura é produzida e pode influenciar a tomada de decisão estratégica e a ação”²⁴.

Colin Gray defende que esta influência pode constatar-se em sete vetores: no plano das ideias; na inércia histórico-cultural²⁵; na praticabilidade e vantagem estratégica das opções disponíveis; na dimensão moral e ética das mesmas; na não existência de um ‘*homo strategicus*’; na instrumentalização seletiva de valores e crenças (e.g. harmonia); e, por fim, se a cultura for considerada de uma forma holística²⁶.

²³ Ver Edward Lock (2010). “Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation”. *Review of International Studies* nº3, pp. 685-708.

²⁴ Bradley Klein (1988). “Hegemony and Strategic Culture: American Power Projection and Alliance Defense Policies”. *Review of International Studies* nº14, p. 139. No entanto não se deve secundarizar a capacidade da organização cultural de instituições como a militar na modelação da cultura estratégica, a qual é feita a três níveis: ideias, crenças e normas. O primeiro nível (e o mais abrangente) diz respeito a valores em torno da natureza da política internacional e da guerra como fenómeno. O segundo centra-se na relação entre militares, o Estado e a sociedade. O terceiro foca-se na organização interna, na tecnologia, e nas relações entre ramos das forças armadas.

²⁵ Sobre este conceito ver Jeannie Johnson e Matthew Berrett (2011). “Cultural Topography: A New Research Tool for Intelligence Analysis”. *Studies in Intelligence* nº55, pp. 1-22.

²⁶ Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, pp. 102-107.

No entanto, tal como a escola de terceira geração, também a escola de segunda geração se debate com a extrapolação de *inputs* culturais para a tomada de decisão no plano político, estratégico e operacional. De facto esta é uma das tarefas mais difíceis de aferir para qualquer cientista político ou estrategista, requerendo a análise de fatores tangíveis e intangíveis como: as fontes de cultura estratégica (geografia e recursos, história e experiências, estruturas políticas e organização da defesa nacional); a cultura estratégica tradicional (história do pensamento estratégico e da doutrina estratégica, perfil da cultura estratégica); e a estratégia contemporânea (estratégia nuclear, estratégia convencional, controlo de armamentos, estratégia não-convencional, independência/interdependência, segurança, processo de tomada de decisão no plano da defesa nacional, ambiente estratégico, sociedade e identidade).

Posto isto, e independentemente das ‘três escolas geracionais’ e do debate a elas subjacente, o que pode ser entendido como cultura estratégica?

Para Ken Booth é “o conjunto das tradições, valores, atitudes, padrões de comportamento, hábitos, símbolos, êxitos e métodos nacionais de adaptação à envolvente e de resolução de problemas no que concerne à decisão política de ameaça de emprego da força ou do seu uso efetivo”²⁷. Charles Kupchan assume-a como sendo “o âmago da identidade e da autoimagem nacional”²⁸. Uma definição igualmente interessante é a de Patrick Porter que a considera como “um reportório ambíguo de ideias que competem entre si e que podem ser selecionadas, instrumentalizadas, e manipuladas, não sendo um guião claro e dogmático para a ação [militar]”²⁹.

A concetualização da Defense Threat Reduction Agency parece-nos bastante adequada, sendo “um conjunto de crenças partilhadas, assunções e modos de comportamento derivados de experiências comuns e narrativas aceites (tanto orais como escritas), que moldam a identidade coletiva e a relação com outros grupos, determinando os meios apropriados à consecução dos fins de segurança nacional”³⁰.

David Jones argumenta que no plano estatal existem três níveis que se articulam sinergicamente na projeção da cultura estratégica: os elementos básicos originados a partir de variáveis geográficas, étnico-culturais, e históricas; as características

²⁷ Ken Booth (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/ USSR*. London: Macmillan, p. 121.

²⁸ Charles Kupchan (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press, pp. 5-6.

²⁹ Patrick Porter (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company, p. 15.

³⁰ Jeffrey Lantis (2009). “Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism” em Jeannie Johnson, Kerry Kartchner e Jeffrey Larsen (eds.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights into Comparative National Security Policymaking*. London: MacMillan, p. 39. Ver ainda Darryl Howlett (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf> [acedido em 2 de março de 2013]. Colin Gray (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].

³¹ David Jones (1990). “Soviet Strategic Culture” em Carl G. Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. Lon-

socioeconómicas e a sua estrutura política; e mais estritamente, a natureza contemporânea da interação entre as instituições políticas e militares³¹.

Similarmente, para Andrew Scobell a cultura estratégica deve ser vista como um bolo de três camadas, tendo na base a ‘cultura política’, no meio a ‘cultura estratégica’ e no topo a ‘cultura de relacionamento institucional entre civis e militares’, sendo que “da prova de uma das camadas não se pode retirar conclusões abrangentes e extensíveis a todo o bolo”³². Mas este *background* interagente de camadas pode variar de Estado para Estado, condicionando diferentes experiências e *modus operandi*. Logo, diferentes Estados poderão exibir diferentes culturas estratégicas, ilustradas pelo aforismo de que ‘o poder e a sua aplicação é aquilo que um povo pensa’ - uma desmaterialização da estratégia que abre espaço justificativo para a narrativa civilizacional e particularista da China.

Estas formulações vão de encontro à segmentação da cultura estratégica dos Estados, feita a dois níveis por Nathan Leites e Alexander George: o do contexto filosófico e o das crenças instrumentais.

O primeiro nível procura responder a questões como: Qual a natureza essencial da vida política? É harmoniosa ou conflitual? Quais as perspectivas relativas à eventual concretização dos valores políticos e aspirações fundamentais? É otimista ou pessimista? É o futuro político previsível? De que forma e até que ponto? Quanto controlo se pode ter sobre a história? Qual é o papel da sorte nas questões da humanidade? O segundo nível visa responder a interrogações como: Qual a melhor forma de selecionar objetivos? Como é que estes podem ser concretizados mais eficazmente? Como são calculados, controlados e aceites os riscos da ação política? Qual o melhor *timing* para a ação? Qual é a utilidade dos vários meios necessários à concretização dos objetivos?³³.

Em conclusão, torna-se patente que não existe um consenso universal quanto a uma definição e entendimento sobre a relevância da cultura estratégica na parametrização e caracterização da ação estratégica dos Estados, mas parece existir acordo quanto ao facto de a considerar uma relação dialéctica entre história, geografia, tecnologia, sistema e prática, bem como que a ignorância cultural e o desdém pela estratégia podem trazer consequências desastrosas³⁴. O conhecimento cultural do adversário não é por si só suficiente para a tomada da decisão estratégica, mas é importante para a compreensão dos seus valores e para ajudar a inferir sobre as suas preferências.

don: Macmillan, p. 7.

³² Andrew Scobell (2003). *China's Military and the Use of Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3.

³³ Ver Nathan Leites e Alexander George (1951). *The Operational Code of the Kremlin*. New York: McGraw Hill.

³⁴ Como ilustra metaforicamente Colin Gray, ao afirmar que “se o conceito de cultura estratégica fosse um avião, apesar de voar não receberia um certificado de voo”. Colin Gray (2013). *Op. Cit.*, p. 80.

³⁵ Richard Nisbett (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*.

2. A CULTURA ESTRATÉGICA DA CHINA

A dimensão etnocêntrica de cariz filosófico-cultural molda a perceção e o pensamento da envolvente externa à China, que é notória no plano da avaliação das ameaças e riscos à segurança nacional e no cálculo estratégico. Quando políticos e estrategistas chineses empregam a expressão ‘caraterísticas chinesas’ quanto à ideologia, política económica, pensamento estratégico e militar da China, estão a recuperar uma ancoragem excecionalista cultural e civilizacional auto-justificativa, pela qual a nossa análise deve começar, ainda que com uma ressalva prévia: a abordagem ao pensamento estratégico não é um exclusivo do campo cultural e filosófico, assumindo uma dimensão mental resultante do facto de aquilo a que as pessoas prestam atenção poder afetar as suas crenças e perceções sobre a forma como o mundo funciona, bem como os seus nexos de causalidade.

De acordo com Richard Nisbett existe entre asiáticos e ocidentais um quadro mental distinto que acaba por determinar a forma distinta do respetivo pensamento [estratégico]:

“Os chineses acreditam na mudança constante, com avanços e recuos. Têm em atenção um conjunto de eventos e procuram inter-relações entre os objetos [físicos, animais, e humanos], defendendo que não se consegue entender uma parte sem se compreender o todo, que por si é mais complexo do que parece. Os ocidentais vivem num mundo mais simples e determinista, focando a sua atenção nos objetos e nos indivíduos em detrimento da envolvente, julgando que podem controlar os acontecimentos porque conhecem as regras que governam o comportamento desses objetos”³⁵.

Estas diferenças são consequência do emprego diferenciado de instrumentos relativos ao entendimento do mundo. Com efeito, enquanto os chineses desenvolveram um pensamento filosófico dialético para compreenderem as relações entre objetos e acontecimentos, contextualizando-o; o pensamento lógico da herança ocidental grega privilegiou os nexos causais, onde o importante são os objetivos/fins e não os processos.

Como tal, o pensamento estratégico chinês tende a ser mais orgânico, flexível, menos mecanicista e determinista que o ocidental; reconhecendo que existe um conjunto alargado de forças que estarão sempre fora do controlo absoluto do mais arguto e resolutivo estrategista, cabendo-lhe a este a tarefa de as tentar gerir e explorar da melhor forma possível. O génio do estrategista resultará da sua capacidade em percecionar corretamente a situação ou a ‘propensão das coisas’ e em dominar as técnicas de identificação e manipulação da ‘envolvente’ (*shi*) ou das tendências, projetando-as para

New York: Free Press, p. xiii.

³⁶ Para uma brilhante conclusão sobre esta dicotomia ver François Jullien (1995). *The Propensity of Things: Towards a*

o futuro e explorando-as em seu proveito³⁶. Na melhor tradição daoísta, o estrategista deve deixar que a ‘propensão das coisas’ ocorra naturalmente, porque estas têm uma força própria. Não deve projetar no shi valores ou visões próprias, mas adaptar-se constantemente à sua dinâmica e geri-lo de forma eficaz. Em consonância, Peng Guangqian e Yao Youzhi defendem que o pensamento estratégico chinês tem seis características: abrangência; dialética [dos opostos]; certeza; prospetiva; criatividade; e memória histórica³⁷.

Partindo destas características, o estrategista chinês não elabora um plano minucioso de projeção do futuro que leve a fins pré-determinados para posteriormente definir a melhor aplicação dos meios que considere adequados para tal desiderato. Ao invés começa por efetuar uma avaliação das forças em presença, de modo a poder retirar o máximo proveito dos fatores favoráveis à sua situação, explorando-os constantemente, independentemente das circunstâncias e obstáculos que possa ter de enfrentar, privilegiando a macro-análise (ao contrário do seu congénere ocidental que se centra na micro-análise). Foca a sua atenção nas fraquezas do adversário para poder atacar a sua estratégia, ao contrário do enfoque ocidental dado aos pontos fortes desse mesmo adversário. Para o estrategista chinês a competência não está centrada na força e na decisão, mas na sabedoria e na perspicácia. Um excelente estrategista faz com que as suas virtudes não sejam reconhecidas, porque o seu pensamento e planeamento permitir-lhe-ão obter ‘vitórias fáceis’, e sê-lo-ão apenas porque não requererem o emprego de competências táticas e o empenhamento de demasiados recursos humanos, resultado de conseguir minimizar ao máximo os riscos de uma confrontação (armada ou não).

Este entendimento quanto à secundarização dos fatores materiais em favor dos imateriais é característica indelével de uma denominada cultura estratégica chinesa, sendo expressa na referência e aplicação de princípios e aforismos de obras emblemáticas como os ‘Sete Clássicos Militares’ ou o ‘Pensamento Militar de Mao Zedong’³⁸.

History of Efficiency in China. New York: Zone Books, pp. 259-265. Sintomático deste entendimento do *shi* é o conceito de crise. Enquanto os métodos ocidentais de gestão de crises estão direcionados para a sua resolução de forma determinística, a perspetiva chinesa é diferente. Os primeiros levam frequentemente à suspensão unilateral das negociações diplomáticas em prol da opção militar, a segunda tende a enfatizar a exploração paciente de áreas promissoras passíveis de entendimento entre as partes. John Wilson Lewis e Xue Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press, p. 24. A palavra ‘crise’ (*weiji*) descreve uma ‘envolvente’ (*shi*) que significa simultaneamente ‘perigo’ (*wei*) e ‘oportunidade’ (*ji*) numa “dialética entre desvantagens e vantagens que em determinadas circunstâncias podem ser transformadas nos seus opostos através da exploração das contradições e da definição objetiva de uma prioridade de atuação estratégica”. Shu Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press, p. 279.

³⁷ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 132-133.

³⁸ Ainda que não se deixe de referir a influência ocidental de Marx e Engels na posterior consolidação do conceito de ‘guerra popular’ de Mao Zedong. Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 100-101. Ver ainda Wang Pufeng (eds.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.

³⁹ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 241 e pp. 245-250.

No entanto a dimensão moral é secundarizada, porque o que é fundamental é moldar a orientação adequada dos acontecimentos na fase inicial de desenvolvimento das tendências, por forma a garantir o sucesso, dando a ilusão de que este estava à partida predeterminado. A exploração da justificação e da virtude moral da ação surge em resultado e na exploração do sucesso.

Mas se a força tiver de ser empregue as diferenças são também notórias. Na perspetiva dos estrategistas ocidentais – de acordo com a tradição grega - os meios (*eidōs*) e os fins (*telos*) são determinantes para o sucesso. Para os estrategistas chineses continua a ser o domínio do *shi* em prol do *li* (padrão de boa governação) que é primordial. A prudência é essencial na batalha inicial, tal como a preservação da flexibilidade estratégica³⁹. A arte e a ciência do bom governante e de um bom conselheiro e estrategista está no emprego ou na ameaça de emprego da força para persuadir, dissuadir ou forçar o adversário a ceder, não para o destruir numa primeira batalha - ainda que esta seja considerada como muito importante.

É um claro contraste face à perspetiva determinista ocidental clausewitziana de maximização do emprego da força e aniquilação do adversário numa batalha decisiva e direta (o objetivo) que refere o ‘nevoeiro da guerra’ e a ‘atrição’ como um mecanismo justificativo, ainda que não devidamente explanado, para a diferença entre a teoria (planos) e a prática (combate) - insinuando uma maior predileção ocidental pelo risco⁴⁰.

Quando transposto para o sistema internacional e para a relação entre os Estados, o corolário é o de que quem compreender realmente a forma

⁴⁰ Por exemplo, a diferença entre o objetivo do jogo de xadrez e do jogo de *weiqi* (ou *go* em japonês) é ilustrativa deste ponto. Enquanto o xadrez está orientado para a concentração das forças num ponto do tabuleiro e a aniquilação das peças do adversário através de um *checkmate* - onde um erro tático pode significar a derrota; no *weiqi* procura-se a vitória através da posição das peças de um jogador relativamente ao adversário, onde os inúmeros movimentos destinam-se a alargar o controlo do território, evitando confrontações diretas, sem revelar a verdadeira direção do ataque e com o objetivo final de cercar o adversário. Vence quem conseguir imobilizar completamente o oponente. Em termos práticos, um principiante no jogo irá concentrar as suas peças direta e visivelmente nas interseções mais próximas (estratégia de *li*) enquanto um jogador experiente irá optar por espalhá-las de uma forma mais indireta e insidiosa por todo o tabuleiro (estratégia de *shi*) por forma a maximizar a sua influência e a reduzir o espaço de manobra do adversário. Assim o objetivo deste jogo é consonante com a máxima de Sun Zi de que “na guerra a prioridade deve ser dada ao ataque à estratégia do adversário, de seguida à disrupção das suas alianças através da diplomacia e só por fim o ataque às suas forças militares”. Como refere o poema ‘Escrito num Sonho’ de Ouyang Xiu (1007-1072 d.C.): “o jogo de *weiqi* chega ao fim, e entretanto não nos apercebemos que o mundo mudou”. Citado em Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze's Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing, p. 100. Para uma aplicação da lógica do *weiqi* à guerra sino-japonesa durante a Segunda Guerra Mundial e à subsequente guerra civil chinesa por Mao Zedong, ver a original e gráfica análise de Scott Boomman (1969). *The Protracted Game: a Wei-ch'i Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press. Para uma adaptação à atualidade ver David Lai (2004). *Learning from Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=378>.

⁴¹ Como se deduz de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 33.

como o *shi* funciona, dependerá menos tempo a planear e mais a efetuar sistematizações sobre as tendências e os desenvolvimentos delas resultantes (*assessments*)⁴¹. Assim pode-se justificar, ainda que parcelarmente, porque é que os estrategistas chineses enfatizam os estudos de avaliação da situação e de posição do seu país, em detrimento da prescrição de políticas a seguir, e porque desde Deng Xiaoping a liderança chinesa ter optado por uma linha pragmática expressa na frase de Chen Yun (mas atribuída a Deng) de ‘atravessar o rio tateando as pedras do leito’ (*mozhe shitou guohe*). Em suma, um estrategista chinês procura responder a três questões: Quais são as tendências dominantes da atualidade? Qual é a distribuição de poder no sistema internacional? Quais são as fontes dos maiores riscos e ameaças à China? Para obter as respostas, o estudo e a sistemática referência discursiva oficial e académica a passagens dos ‘Sete Clássicos Militares Chineses’ e de outros textos da herança filosófica clássica chinesa, tornam-se emblemáticos da persistência de uma narrativa sublimadora de uma cultura estratégica peculiar, sedimentada milenarmente, que realça a preponderância dada à defesa da paz, mas que valida o recurso à força em última instância e em duas situações: para restaurar a ordem interna e a integridade territorial; e para restabelecer a harmonia universal – controlando o *shi* em prol do *li*⁴².

⁴² Os “Sete Clássicos Militares Chineses” são por ordem cronológica: ‘Métodos do Ministro da Guerra’ (anónimo); o ‘*Wuzi*’ de Wu Tzu, ‘A Arte da Guerra’ de Sun Zi, ‘Os Métodos Militares de Sima, Wei Liao Zi e Wo Ji Jing’, ‘Os Seis Ensinamentos Secretos’ (anónimo), ‘As Três Estratégias’ de Huang Shi Gong e ‘Questões e Respostas entre Tang Taisong e Li Weigong’ de Li Jing. Dos ‘Sete Clássicos’ os cinco primeiros são tidos como canónicos quanto à criação de um pensamento estratégico e à modelação de uma cultura estratégica, sendo obrigatoriamente estudados aos mais diversos níveis por políticos, diplomatas e militares chineses. Esta referência bibliográfica é obrigatória em todos os cursos organizados pela Universidade de Defesa Nacional e pela Academia de Ciências Militares, mesmo para aqueles frequentados por militares estrangeiros, como aconteceu com o autor. A ‘Arte da Guerra’ de Sun Zi foi um dos que mais influenciou o pensamento estratégico e militar de Mao Zedong levando-o a encorajar ativamente a liderança militar do EPL a lê-lo criticamente e a dele retirar os devidos ensinamentos. Em resultado, o marechal Liu Bocheng, Presidente da Academia Militar Chinesa na década de cinquenta do século XX, estipulou que os escritos de Sun Zi deveriam ser de estudo obrigatório em todos os cursos da Academia Militar. A melhor edição chinesa anotada dos ‘Sete Clássicos’ é a de Zhu Yong (ed.) (1990). “*Dui Tushu de wu jingqi shu Bianzhi Yijian*” (Comentários Compilados sobre os Sete Clássicos Militares) em *Junshi Tiaoyue Zhongguo Zhengji Zuopin* (Trabalhos Coligidos sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Jianfan-jun chubanshe, especialmente os volumes 42 e 43. As duas melhores edições anotadas em inglês são as de Tao Hanzhang (1987). *Sun Tze’s Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing e de Ralph Sawyer (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press. Outros textos também citados profusamente são o ‘Livro do Positivo e Negativo’ de Li Quan, a ‘Monografia de Planeamento de Defesa Costeira’ de Zheng Ruozeng, o ‘Treino Militar e Operações’ de He Liangcheng, ‘O Essencial dos Clássicos Militares’ de Zeng Gongliang, os ‘Tratados Militares’ de Xu Dong, as ‘Cem Estratégias Não Ortodoxas’ de Xie Fangde, o ‘Novo Livro sobre Treino Militar’ e o ‘Manual de Treino Militar’ ambos de Qi Jiguang, a ‘Compilação Classificada de Escritos Militares’ de Mao Yuanyi e os ‘36 Estratagemas’. Ver Ralph Sawyer (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press e Gianluca Magi (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros. Uma aplicação mais contemporânea e polémica de muitos destes preceitos políticos e militares clássicos chineses é a obra dos então coronéis-superiores do EPL, Qiao Liang e Wang Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqihua Shidai Zhangzheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa

A relevância e aplicabilidade destes textos clássicos é ainda mais sublimada porque para muitos estrategistas chineses o atual sistema internacional apresenta cinco similaridades com o ‘Período dos Estados Guerreiros’ que enformaram a sua escrita: por não existir nenhuma autoridade superior à do Estado; as autoridades que existem possuem mais forma do que substância (*e.g.* Zhou, o ‘Filho do Céu’ no ‘Período dos Estados Guerreiros’ e a Organização das Nações Unidas na atualidade); em caso de conflito, o interesse nacional continua a ser o princípio que se sobrepõe a todos os outros; o princípio dominante das relações internacionais é o da ‘anarquia’; e os princípios morais universais são evocados como pretextos para concretizar os interesses dos Estados⁴³.

Da análise dos cinco textos mais importantes dos ‘Sete Clássicos’ é ponto assente que por princípio filosófico e *praxis* ‘a paz deve ter precedência’ (*he wei gui*) numa ‘harmonia entre homem e natureza’, sendo que o emprego da força militar deve ser feito em último recurso, porque a guerra é onerosa, destrutiva e conduz à instabilidade interna⁴⁴. Esta formulação tem origem no ordenamento moral confucionista, daoísta e moísta, que enfatizam um *ethos* ‘pacífico mas não pacifista’, assente: na autoridade moral, que não apenas na força; na reconciliação do homem consigo próprio e com a natureza (harmonização, equilíbrio e paz com o *Dao* – a força transversal a todas as formas de vida); e na prossecução de uma doutrina não-ofensiva como forma de evitar o germinar de sementes potenciadoras de conflitos mais amplos e graves⁴⁵.

Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Versão em inglês disponível em <http://www.missilethreat.com/repository/doclib/19990200-LiangXiangsui-unrestricteddwar.pdf> [acedido em 17 de abril de 2011]. Os autores estabelecem três tipologias de guerras (militares, transmilitares e não-militares, cada uma com oito subtipologias). A obra foi inserida numa linha editorial intitulada ‘Educação de Nível Nacional em Tópicos-Chave’ (*Guojiaji Zhongdian Jiaocai*) e a sua distribuição inicial muito limitada (‘restrita aos militares’ - *junnei faxing*) tendo no entanto sido empregue como obra de consulta nos vários cursos ministrados a militares e civis na Universidade de Defesa Nacional (notas do autor aquando da frequência do *International Symposium on Asian Security, College of Defense Studies, National Defense University, PLA, Changping*, outubro-novembro de 2007). Na última década assistiu-se na China à publicação de dezenas de obras dedicadas à análise e interpretação do período dos ‘Estados Guerreiros’, a maioria das quais de estrategistas militares ligados à Academia de Ciências Militares, e que só podem ser vendidas nas livrarias da Xinhua em áreas de acesso exclusivo a oficiais superiores do EPL.

⁴³ Ni Lexiong (2001). “*Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian due Shijie Heping de Yiyi*” (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Wang Jiang, Li Xiaoning, Qiao Liang e Wang Xiangsui (2003). *Xin Zhanguo Shidai* (A Nova Era dos Estados Guerreiros). Beijing: Xinhua chubanshe. Para uma brilhante análise do sancionamento filosófico e social da violência durante o período dos ‘Estados Guerreiros’ e que acabaria por ser racionalizado através de teorias protocientíficas enformadoras do império chinês ver Mark Edward Lewis (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press. Ver também o excelente livro de Yuri Pines (2009). *Envisioning Eternal Empire: Chinese Political Thought of the Warring States Period*. Honolulu: University of Hawaii Press.

⁴⁴ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 31.

⁴⁵ O próprio caractere de ‘força’ (*wu*) expressa esta ambivalência cultural relativamente ao seu emprego: o componente definidor do caractere é *zhi*, que significa parar, enquanto o segundo componente, *ge*, é um tipo de machado. Estas contradições são recorrentes no mandarim e exemplificam de forma subtil a por vezes inescrutabilidade do discurso chinês.

⁴⁶ Ver Ralph Sawyer (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.

Confúcio (551-479 a.C.?) ainda que avesso à guerra por esta colocar em causa a harmonia, justificou-a em quatro situações: guerras justas de líderes virtuosos para derrubarem imperadores amorais; guerras defensivas de proteção da cultura chinesa; guerras de defesa do país; e guerras para evitar que Estados fracos fossem instrumentalizados por outras potências colocando em causa a segurança do país. Mencio (372-289 a.C.?) defendeu um governo moralmente superior e benevolente: se o fosse, a guerra e os conflitos seriam abolidos da face da Terra. A ênfase deveria ser conferida ao homem, à sua educação e ao cotejamento da virtude em prol da harmonia entre os homens e não ao conflito.

Os daoístas foram também na sua maioria contra a guerra. Lao Zi (nascido 604 a.C.?) em ‘Caminho e Poder’ (*Tao Te Ching*) sublinhou que as armas eram instrumentos maléficis indignos de homens moralmente superiores e que só deveriam ser empregues em caso de absoluta necessidade. O ‘caminho’ (*tao*) tinha como padrão o ciclo de expansão e contração, de vitória e derrota. Esta dialética de opostos (*yin e yang*) só era devidamente dirimida em prol de um desiderato positivo (*i.e.* expansão e vitória) se a força motriz fosse a virtude e a moral⁴⁶.

Sun Zi (541-482 a.C.?) apesar do seu ‘Arte da Guerra’ argumentou que esta punha em causa a sobrevivência de um Estado. Se o *tao* fosse moralmente justificável, o caos seria evitado e a sobrevivência do Estado assegurada, pois a guerra estando fora do tao não o poderia influenciar negativamente (uma ponte entre confucionismo e daoísmo). Por fim Mozi (479-381 a.C.?) advogou a teoria da não-agressão em prol da maximização da auto-defesa do país⁴⁷.

Em suma, expressões axiomáticas de Sun Zi de “vencer o inimigo sem o combater” (*bu zhan er qu ren zhi bing*) e de Lao Zi “emprego da subtileza para obstar à brutalidade” (*yi ruo ke gang* - literalmente “a suavidade vence a dureza”), aliadas à necessidade de um governo com virtude moral como base para a segurança e prosperidade do Estado, enfatizaram desde cedo a predileção chinesa por conduzir ‘guerras justas e limitadas no tempo e no espaço’ - mas apenas em último recurso -, sendo comum às três escolas de pensamento filosófico o reconhecimento de que por vezes ‘a guerra é inevitável, independentemente da grande harmonia centrípeta de um líder ou de um governo’ (como sublinhou Mencio)⁴⁸. Neste caso todas as escolas concordam que a ser empregue a força, deve sê-lo de forma limitada e controlada e em ‘harmonia com o povo’⁴⁹.

⁴⁷ Recomendação que o general Chiang Pai-Li - estrategista eminente de Chiang Kai-shek - expandiu ao argumentar que “o carácter nacional do povo chinês está talhado para a defesa e não para o ataque”. Jan-Chi Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author’s House, p. 80.

⁴⁸ John King Fairbank (1974). “Varieties of the Chinese Military Experience” em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press, p. 7.

⁴⁹ Ver Dennis Bloodworth e Ching Ping Bloodworth (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux, pp. 9-84. Chen-Ya Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press, pp. 31-38. Ver o conjunto de excelentes análises de Summer Twiss e Jonathan Chan (2012). “Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Interven-

Como corolário o comportamento estratégico chinês tem subjacente um contexto moral como fonte de orientação para o comportamento ético; todos os seres humanos são moralmente aculturados, ainda que não detenham os mesmos critérios morais; e a prática histórica revela que cada código ético e moral expressa uma visão particular e moralista de cada Estado, sendo ambos o produto do poder político. Mas apesar desta narrativa de ‘paz e harmonia’ e de moralidade na ação estratégica chinesa, constatamos que quando confrontada com a ‘inevitabilidade’ do emprego da força, esta foi bem mais frequente do que se possa pensar, pois entre 2070 a.C e 1912 d.C. foram travadas na e pela China 3806 batalhas e guerras (uma média de 1,4 ao ano) e entre 250 d.C. e 1911 assinados 4221 tratados militares⁵⁰.

Posto isto, o que pode então ser entendido como cultura estratégica chinesa e quais as suas características?

Allastair Iain Johnston define-a como “*um sistema integrado de símbolos (argumentos, estruturas, linguagens, analogias, metáforas, etc.) que atuam de forma a estabelecerem preferências estratégicas duradouras através da formulação do papel e da eficácia da força militar nos conflitos interestatais da China, envolvendo estas conceções numa tal aura de factualidade que as opções estratégicas parecem singularmente realísticas e eficazes*”⁵¹.

Num estudo feito a partir da análise do período que levou à compilação dos ‘Sete Clássicos Militares’, Johnston conclui que quando se esgotam todas as opções de resolução pacífica das crises, a cultura estratégica chinesa revela uma preferência por ações militares ofensivas associadas a uma grande flexibilidade no emprego das

tion”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 81-96. Ping-cheung Lo (2012). “Warfare Ethics in Sunzi’s Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 114-135. Aaron Stalnaker (2012). “Xunzi’s Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 97-112. Ver Ellen Zhang (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing*’s View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* nº3, pp. 473-502. Summer Twiss e Jonathan Chan (2012). “Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention”. *Journal of Military Ethics* nº2, pp. 81-96. Ping-cheung Lo (2012). “*The Art of War Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present*”. *Journal of Military Ethics* nº4, pp. 404-446.

⁵⁰ Fu Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhangzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe, p. 17. Peng Guanqian e Yao Youzhi referem mais de 6 mil batalhas em 4 mil anos de história da China, as quais perfazem um terço do total mundial durante o mesmo período. Peng Guanqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 3. Ver também Dui Zhongguo de Junshi Lishi Gongzuo zu (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wanzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Liu Shenming (1990). *Junshi Taoyue Zhongguo Yige Xiangjin de Cankao Shumu* (Uma Bibliografia Exaustiva sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Guofang Daxue chubanshe. Ver ainda Mu Zhongyue e Guoqing Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols). Beijing: Jinchun chubanshe.

⁵¹ Allastair Iain Johnston (1998). *Op. Cit.*, p. 36.

⁵² O autor vê o emprego do poder militar como um instrumento neutral da política. O que lhe confere autoridade

forças e a um moralismo normativo auto-justificativo, que designa de ‘*paradigma parabellum*’⁵². A defesa do interesse nacional da China acaba sempre por prevalecer sobre a dimensão puramente moral, ainda que esta seja instrumentalizada com fins ideológicos auto-justificativos, como ilustrou Mao Zedong que caracterizou “as guerras justas como as guerras revolucionárias e as injustas como guerras anti-revolucionárias, ainda que só a guerra possa eliminar a guerra”⁵³.

Gerald Segal, sem deixar de chamar a atenção para os perigos de uma análise excessivamente etnocêntrica (onde as influências histórico-culturais na formulação da cultura estratégica são consideradas como irrelevantes) ou etnodifusa (onde as influências histórico-culturais são consideradas como predominantes), caracteriza-a como um “prisma através do qual as questões políticas chinesas são filtradas e refratadas, consubstanciando uma percepção histórica das tradições da sua política de segurança”⁵⁴.

Andrew Scobell, tentando conciliar o *yin e yang* da cultura estratégica chinesa, argumenta que existe um ‘culto de defesa chinês’, resultado da concatenação de duas influências: uma confucionista e outra realista. Estas são conectadas entre si pela defesa da soberania territorial, da unidade nacional e pela percepção de ameaças, estando na origem de uma permanente ‘mentalidade de cerco’⁵⁵. A primeira influência decompõe-se em três elementos filosóficos: os chineses são um povo pacífico, porque acreditam que ‘a paz tem precedência’ (*he wei gui*); não são agressivos nem expansionistas, porque se ‘opõem à hegemonia’ (*fandui baquanzhuyi*); e apenas recorrem ao emprego da força em autodefesa, como afirmou Mao Zedong “se ninguém nos atacar, não atacaremos; no entanto se alguém nos atacar, iremos garantidamente [contra] atacar” (*ren bu fan wo, wo bu fan ren; ren fan wo, wo bi fan ren*)⁵⁶. A influência realista desdobra-se em seis princípios estratégicos orientadores: primazia dada à unificação nacional; percepção aguda de ameaças à segurança nacional; autoridade moral no recurso à força; operações ofensivas como parte da estratégia militar de ‘defesa ativa’; fobia à instabilidade e ao caos; e prevalência da comunidade sobre o indivíduo. Christopher Towmey vai mais longe e estabelece cinco pilares caracterizadores

moral é o emprego que se faz dele, mas afirmar que a cultura estratégia da China é moralista, avessa ao conflito, e pacifista é branquear um registo histórico de inúmeros conflitos. Idem, p. 243.

⁵³ Mao Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press (vol. 1), p. 511.

⁵⁴ Gerald Segal (1985). *Defending China*. London: Routledge, p. 180.

⁵⁵ Andrew Scobell (2003). *China's Military and the Use of Force: Beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 27-38. No nosso entender ela é na verdade mais confucionista-daoista e realista-legalista.

⁵⁶ Sobre estes elementos, ver People's Republic of China Ministry of National Defense (1998). *China's National Defense in 1998*. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm> [acedido em 23 de abril de 2014].

⁵⁷ Christopher Towmey (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction

da cultura estratégica chinesa: unidade interna; entendimento hierárquico das relações internacionais; predisposição tanto para atacar como para defender; uma diplomacia coerciva que não é avessa ao risco; e propensão para atacar primeiro que o adversário⁵⁷.

Mais recentemente, Thomas Mahnken identificou quatro preceitos enformadores dessa cultura estratégica: auto-perceção da China como culturalmente superior; noção de posicionamento geográfico como ‘Reino do Meio’; imperiosidade da unidade interna e livre de interferências externas; e reconhecimento de que a guerra é onerosa, destrutiva e leva à instabilidade interna⁵⁸.

Huiyun Feng subscreve esta interpretação quanto à natureza defensiva da cultura estratégica chinesa, que se espelha na preferência dos seus líderes por estratégias de negociação. Partindo de uma construção psicocultural de análise do código operacional - que define como um sistema de crenças filosóficas e instrumentais que modelam a decisão e comportamento dos indivíduos - de Mao Zedong e Deng Xiaoping durante a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra com a Índia (1962) e a Guerra com o Vietname (1979), Huiyun releva a influência dos preceitos confucionistas na tomada de decisão dos dois líderes chineses⁵⁹. Peng Guangqian e Yao Youzhi descrevem a cultura estratégica chinesa como a concatenação de três elementos: a continuidade histórica e cultural; a relevância civilizacional; e a orientação para valores morais ligados à paz e à harmonia⁶⁰. Para Ba Zhongtan “a herança filosófica chinesa criou uma cultura estratégica caracterizada por um forte secularismo e uma fraca religiosidade, uma forte inclusão e uma fraca exclusão, um forte conservadorismo e uma fraca agressividade, que ao longo de cinco milénios se foram alternando ciclicamente quanto à sua preponderância”⁶¹. Por fim Zhang Tiejun realça que a cultura estratégica chinesa sempre teve como objetivo primordial ao longo de mais de dois milénios “a defesa do *heartland* económico, político, social e cultural da China”⁶².

Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf> [acedido em 15 de julho de 2008].

⁵⁸ Thomas Mahnken (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy, p. 9. Disponível em http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C_Secrecy_and_stratagem.pdf [acedido em 3 de maio de 2012].

⁵⁹ Ver Huiyun Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.

⁶⁰ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 73-74.

⁶¹ Ba Zhongtan (ed.) 2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjiu* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe, pp. 3-5. Sobre o impacto económico interno destes ciclos de alternância ver Mark Elvin (1973). *The Pattern of China Past*. London: Eyre Methuen.

⁶² Zhang Tiejun (2002). “Chinese Strategic Culture: Traditional and Present Features”. *Comparative Strategy* n°21, p. 74. Ver também Li Lijun (1997). “Lun Zhanlue Wenhua” (Sobre a Cultura Estratégica). *Zhongguo Junshi Kexue* n°1 (Ciência Militar da China), p. 9.

⁶³ Xu Changan (1998). “Junshi Wenhua yu Shehui Wenhua” (Cultura Militar e Cultura Social). *Zhongguo Junshi*

Apesar destas tentativas em consolidar uma moldura estratégico-cultural da China assente na sua base civilizacional, continua a não ser consensual no seio da comunidade de estrategistas chineses o que é a cultura estratégica nacional em sentido lato, bem como se pode ou não influenciar a tomada de decisão. As propostas formuladas têm ido desde uma cultura militar (*junshi wenhua*) dividida em três níveis (conceitual, institucional e material) como uma continuidade operacional e estratégica desenvolvida pela etnia Han e que é de tal forma abrangente que inclui áreas não contempladas pela conceitualização ocidental⁶³; até uma visão mais holística e dinâmica do pensamento estratégico chinês, que cria uma noção de limite natural e moral ao emprego da força com intuítos expansionistas (uma vez atingido este limite dá-se um declínio na dimensão e validade moral do seu emprego, nas capacidades e nos recursos disponíveis)⁶⁴.

Para os estrategistas militares a cultura estratégica militar é caracterizada por quatro pilares: defesa da integridade territorial nacional; exploração da ‘propensão das coisas’ (*i.e. shi*) para atingir os objetivos; a guerra como um processo científico onde a vitória pode ser alcançada antecipada e totalmente e com o menor dos custos possíveis (resultante da exploração eficaz do *shi* e do estudo da história militar); e através da potenciação do segredo e do recurso a estratégias ser possível vencer um adversário mais poderoso⁶⁵. Estas estratégias (*mou, ji, ou ce*) são definidores do “carácter artístico do seu pensamento estratégico”⁶⁶, compaginando “uma reduzida surpresa aos mais baixos escalões com uma elevada decepção ao nível operacional e estratégico através da implementação de estratégias assimétricas”⁶⁷.

Kexue nº3 (Ciência Militar da China), p. 52.

⁶⁴ Desta forma para se evitar o declínio estratégico, o emprego da força militar “deve ser incrementado judiciosamente mas nunca até ao ponto em que ultrapasse limites morais e materiais” como é advogado por Gu Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe, p. 12. Ye Zicheng aconselha os estrategistas chineses a lerem o *I Ching* (Livro das Mutações) pela natureza dialéctica do seu conteúdo mais coadunante com a própria essência da estratégia. Ye Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: the Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press, p. 263.

⁶⁵ Como é deduzido da leitura de Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.* e de Zhang Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tiyao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe e de Wu Rusong (1996). “Rou Wu Lu: Zhongguo Gudian Zhanlue Zhiyao” (Sobre o ‘Combate Soft’: A Quintessência da Estratégia Clássica da China). *Zhongguo Junshi Kexue* nº 1 (Ciência Militar da China), pp. 111-128. Nestas obras e artigo é referido que a criatividade é a alma para a dissimulação das intenções e a essência do pensamento estratégico chinês.

⁶⁶ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, p. 28 e p. 141. Ver ainda Chai, Yaqui (1996). *Monlue Lun* (Sobre a Estratégia de Decepção). Beijing: Lantian chubanshe e Xu Zeping (2010). “Cong Zhongxi Fang Junshi Wenhua zhi Bijiao Kanxian Shaoshu Minzu Junshi Wenhua” (Comparando a Cultura Militar Chinesa e Ocidental e Compreendendo a Cultura Militar das Minorias Étnicas do Sudoeste). *Jiaoyu Wenhua Luntan* nº2 (Fórum Educação e Cultura), p. 42.

⁶⁷ William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, p. 42. Ver ainda Kurtis Hagen (1996). “A Chinese Critique on Western Ways of Warfare”. *Asian Philosophy* nº3, pp. 207-218. O conceito de *shashoujian* (‘arma decisiva ou carta de trunfo’) é emblemático deste aspeto. Para um *thriller* na melhor tradição de Tom Clancy sobre o emprego de uma *shashoujian* num conflito militar com os EUA, ler o livro de um ex-analista da CIA, Mark Henshaw (2012). *Red Cell*. New York: Touchstone.

⁶⁸ Esta moldura inclui as categorizações de ‘preparações militares’ (*wuqi wenhua*), ‘sistemas militares’ (*bingzhi*

Para estes estrategistas não há cultura estratégica sem cultura estratégica militar (*i.e.* linha militar, doutrina militar, ciência militar, pensamento militar e arte militar)⁶⁸. Em suma, independentemente destas questões que orbitam uma definição consensual sobre a cultura estratégica chinesa, a percepção dominante no seio da comunidade de analistas de segurança tanto chineses como ocidentais é a de que historicamente a China sempre privilegiou o emprego limitado da diplomacia coerciva.

Em último recurso, e quando esta não logrou alcançar os objetivos desejados, as ‘guerras de cariz punitivo’ foram sempre moralmente justificadas (*i.e.* ‘guerras justas’ – *zhengyi zhangzheng*) como um ‘mal necessário’ em nome do interesse do Estado, espelhando um ‘realismo moral’ que remonta aos ‘Sete Clássicos Militares’ e que expressa a concatenação de influências filosóficas que vão do moralismo de Confúcio, ao legalismo de Shang Yang e Han Fei Zi, ao marxismo-leninismo de Mao Zedong, onde a dimensão moral face é secundarizada face à defesa do interesse nacional.

De facto, quando transposto para a contemporaneidade, e desde a proclamação da República Popular da China em 1949, o seu comportamento geoestratégico e de emprego do poder militar, tem-se caracterizado por associar uma narrativa de cunho defensivo e moralista (assente na capacidade em se defender no limite geográfico das suas fronteiras ou um pouco para além destas); na ênfase em mecanismos de dissuasão, e numa capacidade em preservar constantemente uma estrita hierarquização dos seus objetivos políticos em caso de conflito (primeiro os internos e só depois os externos)⁶⁹.

Os líderes chineses seguem a máxima de ‘agir com cautela, mas com vantagem’ (*you li, you li, you jie*) na forma como contemplam o recurso ao poder militar quando crises ameaçam a integridade territorial e a segurança e defesa nacional, numa ‘evolução na continuidade’ do preceituado por Mao Zedong durante a Guerra contra o Japão e precursor da estratégia militar de ‘defesa ativa’:

wenhua) e ‘pensamento militar’ (*siwei wenhua*). Ni Lexiong (2001). “Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guan-nian dui Shijie Heping de Yiyi” (Significado das Antigas Conceções Militares Chinesas na Paz Mundial). *Junshi Lishi Yanjiu* n.º2 (Estudos de História Militar), p. 152. Sobre a ausência de consenso ver Yu Zemin (2006). *Leng-ning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudian Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe. Para uma análise mais detalhada sobre este debate ver Alexandre Carriço (2006). *Op. Cit.*, pp. 51-58. Para um magistral background analítico sobre a cultura militar imperial chinesa ver Nicola di Cosmo (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.

⁶⁹ A expressão em mandarim para ‘país’ (*guojia*) é composta por dois caracteres, *guo* (Estado) e *jia* (família), as duas unidades fundamentais de organização humana. Historicamente o Estado tem sido encarado mais como o protetor do que o opressor da população: protetor da ‘raça’ (*zhong*), da ‘cultura’ (*jiao*) e do ‘território’ (*lingtu*). Esta formulação é espelhada em axiomas milenares como ‘país derrotado, casa perdida’ (*guo po jia wang*), ‘proteger as nossas casas e defender o nosso país’ (*bao jia wei guo*), ‘defender o nosso país e proteger a nossa cultura’ (*bao guo bao jiao*) e ‘enriquecer o Estado e fortalecer o poder militar’ (*fuguo qiangbing*). Para uma análise sobre a ligação entre o *shi*, o Estado, a população, a moralidade e o direito interno na China ver William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan, pp. 18-22.

⁷⁰ Mao Zedong (1938). “On Protracted War” em *Selected Works of Mao Zedong*. Disponível em <https://www.marxists>.

“(1) Não atacar a não ser que o sejamos. Nunca atacar outros sem provocação, mas uma vez atacados, responder proporcionalmente. Esta é a natureza do princípio de defesa ativa.

(2) Não entrar em combates decisivos a não ser que se tenha a certeza de os vencer. Explorar as contradições entre os adversários. Aplicar os nossos pontos fortes nos pontos fracos do inimigo. Esta é a natureza limitada do combate.

(3) Ser pragmático e consciente da natureza limitada dos objetivos políticos e da força militar. Com uma potência mais forte devemos estabelecer objetivos adequados, não excedendo as nossas capacidades. Saber quando parar, quando evitar e quando efetuar um combate. Parar quando os objetivos forem alcançados; repensar a estratégia se não se conseguir alcançar os objetivos. Não se entusiasmar com o sucesso. Este é sempre temporário e faz parte da natureza do combate. Retirar opções de emprego da força ao adversário é sempre melhor que combatê-lo”⁷⁰.

A estratégia chinesa face a um conflito regional continua a ser expressa em doze caracteres: ‘empregar todos os meios diplomáticos para impedir uma guerra’ (*lizheng zhizhi*); ‘garantir a vitória se a guerra for inevitável’ (*quebao dasheng*); e terminá-la rapidamente e em condições favoráveis, quando os ‘objetivos pré-determinados tenham sido atingidos’ (*jianhao jiushou*)”⁷¹.

Esta determinação da liderança chinesa, expressa tanto no seu discurso como na temporização das ações militares a ele associado, é um elemento essencial do processo de dissuasão e controlo de uma escalada conflitual, caracterizando-se por uma sinalização prévia das intenções através de declarações formais ou de mensagens transmitidas a terceiros, seguidas de subseqüentes demonstrações de força⁷².

Tal reflete o racionalismo e flexibilidade do seu pensamento estratégico e da sua política externa relativamente às reais capacidades de dissuasão do país e à sua projeção no espaço e no tempo. Quando o equilíbrio de poderes (*shi*) for mais favorável, é mais benéfica a adoção de estratégias coercivas, ainda que sob uma justificação moralista; quando é menos favorável, é preferível optar por estratégias defensivas e de acomodação de forma a ganhar tempo e até que o equilíbrio de forças se altere novamente⁷³.

org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_09.htm [acedido em 14 de abril de 2014]. Ver ainda Paul Godwin (1984). “Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980’s” em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.

⁷¹ Chen Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Hepingyu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe, pp. 115-117. Sobre os princípios da ofensiva estratégica ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 288-294.

⁷² Entre 1950 e 1979 o emprego da força militar por parte da China dividiu-se em três categorias assentes na motivação em: (1) deter um ataque percebido por parte de uma das superpotências (guerra da Coreia); defender a soberania territorial ou recuperar áreas por si reclamadas (guerra sino-indiana e conflito fronteiriço sino-soviético); (3) preservar o ‘*balance of power*’ regional (guerra sino-vietnamita). Estas não são mutuamente exclusivas, pois por vezes a decisão resultou da concatenação das três motivações a que se juntaram considerações de política interna. Ver Alexandre Carriço (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio e Taylor Fravel (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China’s Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.

⁷³ Allen Whiting conclui que os sete critérios definidos por Alexander George e empregues pela China na gestão de crises não são diferentes dos empregues por outros Estados. Ver Allen Whiting (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, pp. 217-219 e pp. 233-234. Ver ainda Abram Shulsky (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.

Nesta lógica, no pior dos casos e em último recurso, o emprego limitado e concentrado da ‘força militar’ (*fabin*) a curto prazo, coordenado com manobras diplomáticas para prevenir o inimigo de lançar um ‘grande ataque’ (*famou*) é moralmente justificável, sob a argumentação de que uma conflitualidade limitada no espaço e no tempo pode servir objetivos positivos de dissuasão a longo prazo, desde que enquadrados pela análise correta da envolvente à crise, do potencial e das capacidades da China e do adversário (*i.e. shi*) – qual ponte entre os estudos de ‘*rational choice*’ (*i.e. homo strategicus* global) e os de determinismo cultural estratégico. Em conclusão, existe atualmente um dualismo ‘internalista e externalista’ e moralista na cultura estratégica e de segurança e defesa chinesa, que caldeia o seu *modus operandi* no plano político e diplomático, numa mistura entre ‘supernacionalismo e hiper-soberanismo’ e a obsessão pela continuidade do crescimento económico, em prol da preservação *tout court* da estabilidade interna (quadro 1).

Quadro 1 – O Dualismo da Cultura Estratégica e de Segurança da China

Visão	<ul style="list-style-type: none"> • Inviolabilidade da soberania do Estado chinês; • Complementaridade de interesses; • Discurso moral e normativo alternativo ao ocidental 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioridade absoluta à autonomia, soberania territorial e defesa nacional • Segurança de ‘banda larga’ através da cooperação multilateral e bilateral
Identidade Nacional	China como ‘Reino do Meio’ e como ‘potência responsável’	<ul style="list-style-type: none"> • Reequilíbrio estratégico da ordem internacional em prol de uma multipolaridade • Respeito pelo Direito Internacional; • Defesa da coexistência e desenvolvimento pacífico
Preferências Instrumentais	Emprego da força apenas em caso de absoluta necessidade, de forma proporcional e moralmente justificada	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego da força militar intrínseco ao Estado/PCC • <i>Soft power</i>; • Conduta harmoniosa; • Governação virtuosa
Preferência de Atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Unilateralismo em caso de ameaça à soberania e integridade territorial • Segurança como defesa • Multilateralismo abrangente e contextual • Responsabilidade coletiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia militar de ‘defesa ativa’ • Doutrina militar de ‘guerra limitada sob condições de info-mecanização’

Fonte: Adaptado a partir de Anthony Coates (2010). “China: Power, Complementarity and Reflexivity” em Emil Kirchner e James Sperlings (eds.), *National Security Cultures: Patterns of Global Governance*. London: Routledge, p. 213.

Mark Burtles e Abram Shulsky (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND. Disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monograph_reports/2007/MR1160.pdf. [acedido em 14 de abril de 2014]. Michael Swaine e Ashley Tellis (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.

Os fatores endógenos são o resultado de elementos geográficos, históricos, sócio-culturais e político-ideológicos que pautam o seu pensamento estratégico e onde influências milenares como as de Sun Zi, Lao Zi, Confúcio, Han Fei Zi e Mozi, entre outros, se conjugam instrumentalmente com *inputs* de Mao Zedong e Deng Xiaoping, formando um corpo de fundamentação teórica e moralmente justificativa da aplicação do poder e do recurso à força militar em defesa da sua integridade territorial e soberania ⁷⁴.

Os fatores exógenos extrapolam-se da imperatividade do regime político chinês se adaptar à gestão das contingências da envolvente internacional, que deseja como ‘pacífica, harmoniosa e cooperativa’, ao abrigo de um véu operativo ‘confucionista e realista’ no qual a busca e consolidação do ‘poder nacional abrangente’ é a força motriz para a sua legitimidade interna. Este ‘poder nacional abrangente’ só pode ser consolidado se tiver um instrumento militar que permita assegurar uma capacidade de dissuasão, de preservação da iniciativa, de independência e de defesa da soberania nacional numa lógica ‘realista defensiva’ ⁷⁵.

Quadro 2 – Duas Tipologias de Estratégias Nacionais: *Shi* vs *Li*

Estratégia de <i>Shi</i>	Estratégia de <i>Li</i>
Decide, inicia e termina as guerras com base no <i>shi</i>	Decide, inicia e termina as guerras com base no <i>li</i>
Constrói o <i>shi</i> através do <i>Dao</i>	Constrói o poder através do <i>li</i>
Poder baseia-se na gestão do <i>shi</i> (poder imaterial)	Baseado no poder material (<i>li</i>)
Erode o <i>shi</i> do inimigo	Ignora o <i>shi</i>
Visa objetivo final	Visa ganhos imediatos
Estratégia indireta	Estratégia direta
Enfoque na causa	Enfoque no efeito
Coordenação de meios militares com meios não-militares	Emprego preferencial de meios militares exclusivamente
Preferência por vencer guerras sem as combater	Vencer as guerras combatendo-as

Fonte: William Mott IV e Jae Chang Kim (2006). *Op. Cit.*, p. 36.

⁷⁴ Ver Li Bin (2009). *Op. Cit.* Ver ainda Shi Yinhong (2010). *Quanqixing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe. Sobre este racional ver ainda Huiyun Feng (2007). *Op. Cit.*

⁷⁵ Como enfatizou Deng Xiaoping, “a China é um país pobre, [então] porque é que se fala sobre o grande triângulo estratégico formado pela China, Estados Unidos e Rússia? Tal deve-se ao facto de atuarmos defensiva e independentemente e de mantermos a iniciativa nas nossas mãos”. Citado em Andrew Scobell (2003). *Op. Cit.*, p. 148.

Os líderes chineses acreditam que podem evitar conflitos através do diálogo, persuasão, dissuasão e consenso (ainda que este não signifique harmonia, como enfatiza Confúcio nos ‘Analectos’ – *Lun Yu*), sendo no entanto avessos discursivamente ao emprego preventivo do poder militar nas relações entre Estados por acreditarem que é possível gerir adequadamente o *shi* - ao contrário dos seus congêneres ocidentais (i.e. norte-americanos) historicamente mais inclinados para estratégias de *li* (quadro 2)⁷⁶. Como corolário, numa estratégia de *li* todas as batalhas são decisivas; numa estratégia de *shi* algumas batalhas – não todas - são irrelevantes.

3. CONCLUSÕES

A China não refuta a possibilidade de recorrer à força, desde que justificada moralmente, pois o ‘desenvolvimento pacífico’ não implica uma recusa em combater, e o assumir do compromisso solene de preservar a paz e a harmonia não significa abandonar o emprego da força militar em prol da manutenção da paz ou da criação da paz⁷⁷.

Quando o recurso à força se tornar inevitável, “deve ser feito de forma decisiva, limitada e proporcional aos objetivos a atingir, sem descurar a integração e coordenação sinérgica do processo negocial diplomático com as operações militares em curso”⁷⁸ (o que revela uma consonância com a *realpolitik* clausewitziana).

Sendo o país uma potência ‘pacífica mas não-pacifista’ esta sua auto-qualificação continua a gerar um desfazamento percetivo externo que se expressa na diferença entre a narrativa política e os discursos de alguns líderes do Exército Popular de Libertação, que não se escusam a proferirem declarações públicas e a publicarem artigos e livros onde prevalece uma linha cursora excessivamente belicista, em prol da inquestionável e absoluta defesa da soberania e da integridade territorial da China face a ameaças externas⁷⁹.

⁷⁶ Ver por exemplo John Mearsheimer (2003). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton. Aaron Friedberg (2012). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton e Edward Luttwak (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University.

⁷⁷ Ver Niu Hanzhang (2007). “Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang” (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanzhuhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369. Chen Shilei (2014). “Commentary: A Militarily Strong China Conducive to World Peace”. *Xinhua*. Disponível em http://eng.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2014-06/06/content_5943928.htm [acedido em 7 de junho de 2014].

⁷⁸ Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 91-92 e p. 472.

⁷⁹ Ver Sem Autor (2013). “Zhongguo wu Jiannghing: Heping Jueqi Bushi Mianzhan Kefu Kongmei Kongri (Cinco Generais Chineses: Ascensão Pacífica não Significa Abdicar da Guerra por Medo da América). *Xinhua*. Disponível em http://news.xinhuanet.com/mil/2013-11/13/c_125693846.htm [acedido em 2 de novembro de 2013]. Zhang Jiangang (2014). “Wu Rang Heping Fazhan zi kun Shoujiao Biyao shi Dongwu Wanquan Zhengdang” (Não Deixemos que o Desenvolvimento Pacífico nos Prenda as Mãos e os Pés no Uso Legítimo da Força). *Huanqiu Shibao* (Tempos Globais). Disponível em <http://mil.huanqiu.com/observation/2014-06/5015795.html> [acedido em 11 de junho de 2014].

Como ‘o EPL é um Exército de Partido sob a capa de um Exército de Estado’ estas declarações acabam por influenciar negativamente a perceção e imagem de benignidade que pretende ver projetada e consolidada no exterior. Concomitantemente é a segunda dimensão – a de uma China ‘não-pacifista’- que tende a ser explorada externamente de forma negativa para os seus interesses, sendo ilustrada em acusações quanto à sua ‘falta de transparência militar’, de dissimulação das capacidades, e de gestão/manipulação das perceções externas, mas que são elementos primordiais da gestão do *shi*⁸⁰.

Existe uma dificuldade ocidental em interpretar alguns dos conceitos filosóficos clássicos chineses e a lógica a eles associada, pelo que para muitos estrategistas chineses esta opacidade é uma vantagem que deve ser preservada, ilustrando-a com exemplos como o facto de “a estratégia de defesa ativa contemplar ações ofensivas com objetivos defensivos, torna difícil aos outros países descortinar onde está definida a ‘linha vermelha’”⁸¹.

Como a China ainda se vê uns níveis abaixo na escala de poder relativo face aos EUA, é defendido que a transparência militar é um privilégio dos mais fortes, não dos mais fracos e vulneráveis; entendendo-se as acusações de falta de transparência como “tendo o intuito de gerar a perceção de que o seu programa de modernização militar é excessivo e por isso ilegítimo”⁸². Não obstante, esta menor transparência confere-lhe uma dissuasão psicológica, sendo também um facto que os EUA e outros países também não disponibilizam toda a informação no âmbito militar, por razões associadas à salvaguarda da segurança nacional⁸³.

⁸⁰ Quanto à dissimulação das capacidades e à gestão/manipulação das perceções externas à China ver Peng Guangqian e Yao Youzhi (2005). *Op. Cit.*, pp. 203-204 e pp. 223-224. Zhu Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates, p. 44. Ver ainda a excelente obra sobre as estratégias de decesso e manipulação empregues durante o período dos ‘Estados Guerreiros’ de James Crump (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse’s* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.

⁸¹ Yan Xuetong e Xu Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyou* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, p. 271. Por exemplo esta estratégia militar de ‘defesa ativa’ interligada com o conceito de ‘negação de acesso’ se aplicada ao adversário norte-americano contempla quatro pilares: político (através da exploração das fragilidades de apoio político regional asiático a Washington); geográfico (incrementando a distância entre as bases e os alvos das forças militares dos EUA na Ásia); militar (condicionando a projeção regional de forças dos EUA através do incremento do risco operacional e da degradação de capacidades em caso de intervenção); e autocontenção (tornando os custos dessa intervenção tão elevados que só restará aos EUA não intervirem). Todas elas são tidas como vetores de uma gestão eficaz do *shi*.

⁸² Ver Xu Jia (2008). “Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin” (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) nº2, pp. 15-18.

⁸³ Diálogos do autor com vários oficiais superiores do EPL durante o *International Symposium Course on Asia-Pacific Security* de 2007.

Em suma, a leitura de obras, de declarações dos líderes políticos e militares, e de estrategistas clássicos e contemporâneos chineses, deixa transparecer uma correspondência aos preceitos da escola de segunda geração da cultura estratégica, ainda que com laivos associados à escola de primeira geração. Estes são mais notórios nas omnipresentes referências à sua herança histórico-cultural milenar para explicar e justificar os particularismos da cultura estratégica e da identidade civilizacional da China.

Identifica-se uma evolução na continuidade resultante da ligação entre um dogmatismo discursivo de base cultural e civilizacional e uma ação do Estado (segundo a melhor tradição maoísta e denguista de ‘aprender com a prática’), que é consubstanciada oficialmente na expressão ‘caraterísticas chinesas’ ou numa formulação operacional mais direta pela frase de Lin Biao de “você combatem à vossa maneira e nós à nossa”⁸⁴.

Esta ligação espelha dois pontos implícitos: a cultura estratégica tem relevância doutrinária porque tem poder causal, ou pelo menos efeitos instrumentais (de outro modo seria meramente decorativa); e a cultura chinesa apresenta dinâmicas adaptativas, pelo que a sua cultura e doutrina estratégica evoluem de acordo com a envolvente interna e externa ao país (*shi*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BA, Zhongtan (ed.) 2003). *Zhongguo Guojia Anquan Zhanlue Wenti Yanjiu* (Estudo Estratégico das Questões de Segurança da China). Beijing: Jianfanjun chubanshe.
- BLOODWORTH, Dennis e BLOODWORTH, Ching Ping (1976). *The Chinese Machiavelli: 3,000 Years of Chinese Statecraft*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- BOORMAN, Scott (1969). *The Protracted Game: a Wei-ch'i Interpretation of Maoist Revolutionary Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- BOOTH, Ken (1990). “The Concept of Strategic Culture Affirmed” em Carl Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan.
- BOOTH, Ken e TROOD, Russell (1999). *Strategic Cultures in the Asia-Pacific Region*. New York: Saint Martin's Press.

⁸⁴ Lin Biao (1965). “Long Live the Victory of People's War!”. Disponível em http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/ch05.htm [acedido em 3 de outubro de 2013]. Ver também Lucian Pye e Nathan Leites (1970). *Nuances in Chinese Political Culture*. Santa Monica: RAND. Disponível em <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/papers/2006/P4504.pdf> [acedido em 12 de março de 2012].

- BURLES, Mark e SHULSKY, Abram (2000). *Patterns in China's Use of Force: Evidence from History and Doctrinal Writings*. Santa Monica: RAND.
- CARRIÇO, Alexandre (2006). *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio.
- CARRIÇO, Alexandre (2015). *Harmonizando o Poder: Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia Militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes.
- CHAI, Yaqui (1996). *Monlue Lun* (Sobre a Estratégia de Deceção). Beijing: Lantian chubanshe.
- CHEN, Kehou (ed.) (1989). *Zhangzheng Heping yu Guofang* (Guerra, Paz e Defesa Nacional). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- CHEN-YA, Tien (1992). *Chinese Military Theory: Ancient and Modern*. Oakville: Mosaic Press.
- COHEN, Raymond (2004). *Negotiating Across Cultures: International Communication in an Interdependent World*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- COSMO, Nicola di (ed.) (2009). *Military Culture in Imperial China*. Cambridge: Harvard University Press.
- CRUMP, James (1964). *Intrigues: Studies of the Chan-kuo Tse's* [Estados Guerreiros]. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- DUI ZHONGGUO DE JUNSHI LISHI GONGZUO ZU (Grupo de Trabalho sobre a História Militar da China) (2003). *Zhanzheng zai Zhongguo, Wangchao Monian de Wanzheng Nian Biao* (Cronologia Completa da Guerra na China, Dinastia a Dinastia). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- ELVIN, Mark (1973). *The Pattern of China Past*. London: Eyre Methuen.
- FAIRBANK, John King (1974). "Varieties of the Chinese Military Experience" em Frank Kierman e John King Fairbank (eds.), *Chinese Ways of Warfare*. Cambridge: Harvard University Press.
- FRAVEL, Taylor (2008). *Strong Borders, Secure Nation: Cooperation and Conflict in China's Territorial Disputes*. New Jersey: Princeton University Press.
- FRIEDBERG, Aaron (2012). *A Contest for Supremacy: China, America, and the Struggle for Mastery in Asia*. New York: Norton.
- FU, Zhongxia (ed.) (2002). *Zhongguo Lidai Zhangzheng Nianbiao* (Cronologia Histórica da Guerra na China). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- GEERTZ, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- GEORGE, Alexander (1979). "The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The 'Operational Code' Belief System" em Lawrence Flakowski (ed.), *Psychological Models in International Relations*. Boulder: Westview Press, pp. 95-124.

- GODWIN, Paul (1984). "Soldiers and Statesmen in Conflict: Chinese Defense and Foreign Policies in the 1980's" em Samuel S. Kim (ed.), *China and the World: Chinese Foreign Policy in the Post-Mao Era*. Boulder: Westview Press, pp. 215-234.
- GRAY, Colin (1999). *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- GRAY, Colin (2006). *Out of the Wilderness: Prime Time for Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-out.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].
- GRAY, Colin (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- GU, Zhiming (1997). *Junshi Lunli yu Zhongguo Wenhua de Lishi* (História da Ética e da Cultura Militar Chinesa). Beijing: Haichao chubanshe.
- Hagen, Kurtis (1996). "A Chinese Critique on Western Ways of Warfare". *Asian Philosophy* n°3, pp. 207-218.
- HANDEL, Michael (1996). *Masters of War: Classical Strategic Thought*. London: Routledge.
- HOWLETT, Darryl (2006). *The Future of Strategic Culture*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://fas.org/irp/agency/dod/dtra/stratcult-future.pdf> [acedido em 2 de março de 2013].
- HUNTINGTON, Samuel (1998). *The Clash of Civilization and the Remaking of the World Order*. New York: Simon & Schuster.
- HUIYUN, Feng (2007). *Chinese Strategic Culture and Foreign Policy Decision-Making: Confucianism, Leadership and War*. London: Routledge.
- JAN-CHI, Wang (2004). *General Chiang Pai-Li and His Military Thought*. Bloomington: Author's House.
- JOHNSON, Jeannie e BERRETT, Matthew (2011). "Cultural Topography: A New Research Tool for Intelligence Analysis". *Studies in Intelligence* n°55, pp. 1-22.
- JOHNSTON, Allastair Iain (1998). *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. New Jersey: Princeton University Press.
- JONES, David (1990). "Soviet Strategic Culture" em Carl G. Jacobsen (ed.), *Strategic Power: USA/USSR*. London: Macmillan.
- JULLIEN, François(1995). *The Propensity of Things: Towards a History of Efficiency in China*. New York: Zone Books.
- KIER, Elizabeth (1997). *Imagining War: French and British Military Doctrine between the Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- KRATOCHWILL, Friederich e LAPID, Yoseph (1996). *The Return of Culture and Identity in International Relations Theory*. Boulder: Lynne Rienner.
- KUPCHAN, Charles (1994). *The Vulnerability of Empire*. Ithaca: Cornell University Press.

- LAI, David (2004). *Learning from Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi*. Carlisle Barracks: Strategic Studies Institute.
- LANTIS, Jeffrey (2009). "Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism" em Jeannie Johnson, Kerry Kartchner e Jeffrey Larsen (eds.), *Strategic Culture and Weapons of Mass Destruction: Culturally Based Insights into Comparative National Security Policymaking*. London: MacMillan.
- LEITES, Nathan e GEORGE, Alexander (1951). *The Operational Code of the Kremlin*. New York: McGraw Hill.
- LEWIS, John Wilson e XUE, Litai (2006). *Imagined Enemies: China Prepares for Uncertain War*. Stanford: Stanford University Press.
- LEWIS, Mark Edward (1990). *Sanctioned Violence in Early China*. New York: State University of New York Press.
- LIN, Biao (1965). "Long Live the Victory of People's War!". Disponível em http://www.marxists.org/reference/archive/lin-biao/1965/09/peoples_war/ch05.htm [acesso em 3 de outubro de 2013].
- LOCK, Edward (2010). "Refining Strategic Culture: Return of the Second Generation". *Review of International Studies* nº3, pp. 685-708.
- LUTTWAK, Edward (2012). *The Rise of China vs the Logic of Strategy*. Harvard: Belknap Press of Harvard University.
- MU, Zhongyue e GUOQING, Wu (1992). *Zhongguo Zhanzheng Shi* (História das Guerras na China) (2 vols.). Beijing: Jinchun chubanshe.
- NI, Lexiong (2001). "Zhongguo Gudai Junshi Wenhua Guannian due Shijie Heping de Yiyi" (Implicações da Cultura Militar Tradicional Chinesa na Paz Mundial) em *Junshi Lishi Yanjiu* (Investigação da História Militar). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- NISBETT, Richard (2003). *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently and Why*. New York: Free Press.
- NIU, Hanzhang (2007). "Shixi Haixia Liangan de Yitihua Quxiang" (Análise da Tendência de Integração no Estreito de Taiwan) em Liang Shoude e Li Yihu (eds.), *Quanqiuhua yu Hexie Shijie* (Globalização e Mundo Harmonioso). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe, pp. 360-369.
- NYE, Joseph (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- NYE, Joseph (2006). "Soft Power: Think Again". *Foreign Policy*. Disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2006/02/22/think_again_soft_power [acesso em 9 de agosto de 2013].
- MAGI, Gianluca (ed.) (2010). *Os 36 Estratagemas Chineses*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- MAHNKEN, Thomas (2011). *Secrecy & Stratagem: Understanding Chinese Strategic Culture*. Lowy Institute for International Policy. Disponível em http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Mahnken%2C_Secrecy_and_stratagem.pdf [acedido em 3 de maio de 2012].
- MAO, Tse-tung (1964). *Selected Works of Mao Tse-tung* (4 vols.). Peking: Foreign Languages Press.
- MAZARR, Michael (1996). "Culture and International Relations: a Review Essay". *The Washington Quarterly* n°2, pp. 177-197.
- MEARSHEIMER, John (2003). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- MOTT IV, William e KIM, Jae Chang (2006). *The Philosophy of Chinese Military Culture: Shih vs Li*. London: Palgrave MacMillan.
- PENG, Guangqian e YAO, Youzhi (2005). *The Science of Military Strategy*. Beijing: Military Science Press.
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE (1998). *China's National Defense in 1998*. Disponível em <http://www.mod.gov.cn/database/whitepapers/1998.htm> [acedido em 23 de abril de 2014].
- PINES, Yuri (2009). *Envisioning Eternal Empire: Chinese Political Thought of the Warring States Period*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- PING-CHEUNG, Lo (2012). "Warfare Ethics in Sunzi's Art of War? Historical Controversies and Contemporary Perspectives". *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 114-135.
- PING-CHEUNG, Lo (2012). "The Art of War Corpus and Chinese Just War Ethics Past and Present". *Journal of Military Ethics* n°4, pp. 404-446.
- PORTER, Patrick (2009). *Military Orientalism: Eastern War through Western Eyes*. London: Hurst & Company.
- PYE, Lucien e VERBA, Sydney (eds.) (1965). *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.
- PYE, Lucian e LEITES, Nathan (1970). *Nuances in Chinese Political Culture*. Santa Monica: RAND.
- QIAO, Liang e WANG, Xiangsui (1999). *Chao Xian Zhan: Dui Quanqiuhua Shidai Zhangzheng yu Zhanfa de Xiangding* (Guerra Sem Limites: Pensamento e Regras da Guerra numa Era Globalizada). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- SAWYER, Ralph (ed.) (1993). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Boulder: Westview Press.
- SAWYER, Ralph (1996). *One Hundred Unorthodox Strategies: Battle and Tactics of Chinese Warfare*. Cambridge: Westview Press.

- SAWYER, Ralph (1999). *The Tao of War: The Martial Tao Te Ching*. Cambridge: Westview Press.
- SCHELLING, Thomas (1980). *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- SHULSKY, Abram (2000). *Deterrence Theory and Chinese Behavior*. Santa Monica: RAND.
- SCOBELL, Andrew (2003). *China's Military and the Use of Force: beyond the Great Wall and the Long March*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCOTT, David (2009). *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence, and Perceptions in a Century of Humiliation*. New York: State University of New York Press.
- SEGAL, Gerald (1985). *Defending China*. London: Routledge.
- SHI, Yinhong (2010). *Quanqixing de Tiaozhan yu Zhongguo: Duoshi zhi qiu yu Zhongguo de Zhanlue Xuyao* (A China e os Desafios Globais: Necessidades Estratégicas da China numa Era de Muitos Problemas). Changsha: Hunan Renmin chubanshe.
- SHU, Guang Zhang (1992). *Deterrence and Strategic Culture: Chinese-American Confrontations, 1949-1958*. Ithaca: Cornell University Press.
- SNYDER, Jack (1977). *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: RAND.
- STALNAKER, Aaron (2012). "Xunzi's Moral Analysis of War and Some of Its Contemporary Implications". *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 97-112.
- SWAINE, Michael e TELLIS, Ashley (2000). *Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present, and Future*. Santa Monica: RAND.
- TAO, Hanzhang (1987). *Sun Tze's Art of War: the Modern Chinese Interpretation*. New York: Sterling Publishing.
- TOWMEY, Christopher (2006). *Chinese Strategic Culture: Survey and Critique*. Defense Threat Reduction Agency. Disponível em <https://www.fas.org/irp/agency/dod/dtra/chinese.pdf> [accedido em 15 de julho de 2008].
- TWISS, Summer e CHAN, Jonathan (2012). "Classical Confucianism, Punitive Expeditions, and Humanitarian Intervention". *Journal of Military Ethics* n°2, pp. 81-96.
- XU, Jia (2008). "Junshi Toumingdu yu Zhong mei Junshi bu xin" (Transparência Militar e Confiança Militar Mútua Sino-Americana). *Heping yu Fazhan* (Paz e Desenvolvimento) n°2, pp. 15-18.
- YAN, Xuetong e XU, Jin (eds.) (2009). *Wangba Tianxia Sixiang ji Qiyong* (Pensamentos sobre a Liderança Mundial e suas Implicações). Beijing: Shijie Zhishi chubanshe.

- YE, Zicheng (2011). *Inside China's Grand Strategy: the Perspective from the People's Republic*. Lexington: University of Kentucky Press.
- YU, Zemin (2006). *Lengning Liang Qian duo Nian de Junshi Sixiang: Zhongguo Gudian Zhanlue di dang dai Yingyong* (Condensando Dois Mil Anos de Pensamento Militar: Aplicação Contemporânea das Estratégias Clássicas Chinesas). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill.
- WANG, Jiang; LI, Xiaoning; QIAO, Liang e WANG, Xiangsui (2003). *Xin Zhanguo Shidai* (A Nova Era dos Estados Guerreiros). Beijing: Xinhua chubanshe.
- WANG, Jianwei (1999). *Limited Adversaries: Post-Cold War Sino-American Mutual Images*. New York: Oxford University Press.
- WANG, Pufeng (ed.) (1993). *Mao Zedong Junshi Zhanlue Lun* (Sobre a Estratégia Militar de Mao Zedong). Beijing: Junshi Kexue chubanshe.
- WEBER, Max (2010 [1920]). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Whiting, Allen (1975). *The Chinese Calculus of Deterrence: India and Indochina*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- WU, Rusong (1996). “Rou Wu Lu: Zhongguo Gudian Zhanlue Zhiyao” (Sobre o ‘Combate Soft’: A Quintessência da Estratégia Clássica da China). *Zhongguo Junshi Kexue* nº1 (Ciência Militar da China), pp. 111-128.
- ZHANG, Ellen (2012). “Weapons Are Nothing but Ominous Instruments: The *Daodejing's* View on War and Peace”. *Journal of Religious Ethics* nº3, pp. 473-502.
- ZHANG, Yuliang (ed.) (2006). *Zhanyi Tiyaoyao* (Ciência das Campanhas Militares). Beijing: Jiefangjun chubanshe.
- ZHENG, Wang (2012). *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press.
- ZHU, Jinning (1991). *The Asian Mind Game*. New York: Rawson Associates.
- ZHU, Yong (ed.) (1990). “Dui Tushu de wu jingqi shu Bianzhi Yijian” (Comentários Compilados sobre os Sete Clássicos Militares) em *Junshi Tiaoyue Zhongguo Zhengji Zuopin* (Trabalhos Coligidos sobre Tratados Militares Chineses). Beijing: Jianfanjun chubanshe.

ALEXANDRE CARRIÇO

Tenente-Coronel de Infantaria (Reserva). Assessor de Estudos e Investigador no Instituto da Defesa Nacional (IDN).